

ANTONIO CARLOS PEREIRA

Falsos problemas



Todo cidadão tem o dever de exigir que o Estado forneça escola gratuita e de boa qualidade

Nós, brasileiros, temos o hábito de levantar falsos problemas. Antes fosse por excesso de imaginação, mas não é. Enquanto se travam apaixonados debates sobre questões inexistentes, ou que não passam de conseqüências marginais dos reais problemas, estes ficam sem solução. A menos que se considere solução o adiamento indefinido da solução, com o que entrariamos no fértil terreno do "jeitinho".

Nos últimos dias, um problema importante e real deixou de ser discutido, mais uma vez. Mas dois falsos problemas foram discutidos à exaustão, como se fossem a coisa mais séria do mundo.

O problema é o ensino público. Os falsos problemas são a medida provisória que trata de anuidades e inadimplentes e a liminar que garantiu, efemeramente, 50% das vagas em disputa nos vestibulares das universidades estaduais gratuitas para os alunos egressos do ensino público.

Sobre o problema real – a qualidade do ensino público – caiu um pesado silêncio.

Sobre os dois pseudoproblemas se debateu acaloradamente, com paixão, como se deles dependesse o futuro do País.

Até duas décadas atrás, as escolas secundárias particulares eram freqüentadas por dois tipos de jovens: aqueles que não queriam estudar com afimco e eram matriculados por seus pais nas escolas "pagou-passou" e os filhos da classe média alta, que recebiam um produto diferenciado daquele que a escola pública podia dar. Não se mandava um filho para a escola particular em busca de educação melhor do que a fornecida pelas escolas públicas. Estas eram o centro de excelência do ensino secundário.

Desde então, as coisas mu-

daram, em parte por culpa de uma política educacional insensata que rebaixou o padrão de qualidade das escolas, em parte porque o processo de ascensão social criou uma geração de "novos ricos" e de "filhos ricos de pais pobres", cujo esnobismo os levou a repudiar a mistura social que existe nas

escolas gratuitas.

Cada pai que matriculou o filho em escola particular teve seus bons motivos para fazê-lo: falta de vagas na rede pública, qualidade de ensino duvidosa, busca de oportunidades sociais para o rebento, ensino dirigido para o vestibular. Todo e qualquer motivo será legítimo e aceitável.

O que não é legítimo, nem aceitável, é a conseqüente perda do poder de pressão sobre a qualidade do ensino público, que se originou com o fluxo de alunos das classes médias para as escolas particulares. Por um estranho mecanismo psicológico, passou-se a acreditar que boas são as escolas particulares, ruins são as escolas públicas e nada pode mudar essa situação.

E as escolas particulares proliferaram. Umas, boas; outras, iguais às escolas públicas; e muitas outras, piores, bem piores.

Com a crise dos últimos anos, os custos da escola particular passaram a ser um peso insuportável para as famílias atingidas pelo desemprego e pela redução de renda. E os prejudicados, em vez de matricular seus filhos na rede pública e pressionar o Estado para melhorar a qualidade do ensino, gastaram suas energias e influência política tentando controlar o preço das anuidades e obter perdão para o atraso e a inadimplência.

Mas educação é negócio. É negócio para o jovem e sua família, que investem na capacitação para a vida profissional. E é negócio para os donos de escolas, que querem otimizar o retorno do capital que aplicaram no empreendimento.

Dono de escola não tem a obrigação de dar instrução de graça a quem quer que seja. E seus clientes não têm o direito de exigir nenhum tipo de gratuidade, nem mesmo o de permanecer na escola sem pagar.

Mas todo e qualquer cidadão tem o direito – na verdade, o dever – de exigir que o Estado forneça escola gratuita e de boa qualidade para os jovens. A reivindicação apaixonada desse direito, infelizmente, foi substituída

pela atordada em torno do preço das anuidades e do destino dos inadimplentes, assuntos nos quais o Estado não se deveria meter, pois se trata de relação contratual entre o usuário e o prestador de serviços – mesmo que o serviço seja a educação.

A crença de que a escola pública ministra ensino deficiente levou à idéia da criação de cotas nas universidades gratuitas, primeiro na forma de projetos de lei e, depois, com a liminar derrubada na semana passada. Cotas não resolvem a iniquidade social. Ao longo do tempo, acabam por agravá-las, como sabem agora, por experiência, os americanos, que criaram cotas para tudo, a pretexto de proteger as minorias. Constatam eles que as cotas não eliminam as raízes da desigualdade e liquidam o princípio do mérito, base de qualquer sistema democrático.

Além disso, a idéia do sistema de cotas parte de um preconceito, o de que o aluno da escola pública não tem condições de ingresso na universidade. Ora, não é isso o que mostram as estatísticas divulgadas pelas três universidades estaduais gratuitas, às vésperas do vestibular. Na média das três, 45% das vagas são ocupadas por vestibulandos que cursaram escolas públicas. Numa delas há uma situação bastante curiosa, que deveria conduzir a uma reflexão mais demorada do problema: 80% dos inscritos no vestibular vêm da escola particular e 20%, da escola pública, mas as vagas são preenchidas por 54% dos primeiros e 46% dos segundos.

Esses dados permitem, é claro, várias leituras. Prefiro considerá-los como a evidência de que a escola pública não é um caso perdido – ao contrário – e a qualidade do ensino, gratuito e universal, poderá ser substancialmente melhorada se, além do papel de pais, os responsáveis pelos jovens que as cursam assumirem o papel de cidadãos e contribuintes, exigindo que o Estado cumpra a sua função.

■ Antonio Carlos Pereira é jornalista

